

Grupos de extermínio atuam em 14 estados brasileiros

Direitos Humanos

Mais de 1.500 civis foram mortos em ações policiais em 2001

Soraya Aggege

• SÃO PAULO. Quatorze estados brasileiros têm grupos de extermínio em atividade. A conclusão é do segundo Relatório Nacional de Direitos Humanos, divulgado ontem, com dados dos anos de 2000 a 2001. Com base nessas informações, a Polícia Federal e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) farão um levantamento nacional sobre a ligação entre empresas de segurança de policiais e ex-policiais com os grupos de extermínio. As milícias rurais que agem contra sem-terra também serão investigadas.

A apuração deve ser feita até setembro, quando chega ao Brasil a relatora da ONU para execuções sumárias, Asma Jahangir, e servirá também para o projeto federal de reforma das polícias. O agravante é que os assassinatos de civis, principalmente de adolescentes, tem crescido no país. Devem ser investigados inicialmente os estados onde foram identificados os grupos de extermínio, como São Paulo (um em Guarulhos e outro em Ribeirão Preto), Rio (Baixada Fluminense), Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Distrito Federal, Bahia, Amazonas, Pernambuco e Paraíba.

O segundo Relatório Nacional de Direitos Humanos foi elaborado

pela Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos, com patrocínio do governo federal e das Nações Unidas (ONU). O relatório identifica uma série de crimes contra os direitos humanos, como os cometidos contra indígenas, gays, negros, idosos, e ainda relaciona um total de 223 rotas de tráfico sexual existentes no país.

Quando a relatora chegar, será um vexame nacional

Segundo o documento, pelo menos três fatores têm causado o crescimento dos crimes contra os direitos humanos: o ressurgimento dos grupos de extermínio, o aumento dos números de assassinato e espancamento de civis por policiais, e os assassinatos de jornalistas. Segundo o secretário nacional de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, o governo quer convencer os estados a expulsar os policiais corruptos e violentos.

— Esses grupos de extermínio fazem parte do crime organizado e desmoralizam a ação policial pela Justiça — disse.

O ex-secretário de Direitos Humanos, Paulo Sérgio Pinheiro, antecessor de Miranda, ressaltou que o governo tem o mérito de convidar uma relatora internacional para analisar as execuções ilegais no Brasil. Mas res-

saltou que a situação é grave:

— As classes populares continuam sendo o “presunto” dos maus policiais. Por isso, quando a relatora chegar, será um vexame. Mas isso é necessário, pois embora o governo federal queira mudar as coisas, muitos estados não fazem nada.

Coordenador do trabalho, Paulo de Mesquita Neto, ressaltou que os estados onde o crime organizado mais desrespeitam os direitos humanos são Rio, São Paulo e Espírito Santo.

— O agravante é que nestes estados nota-se uma tentativa de enfraquecer e fragilizar as instituições, como as ouvidorias e o Ministério Público — disse.

Pelos dados apresentados no relatório, em cinco estados (Rio, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia e Pará) e no Distrito Federal o número de civis mortos em ações policiais passou de 1.479 em 2000 para 1.538 em 2001. Outro dado grave é a quantidade de homicídios de jovens entre 15 e 24 anos. O índice por 100 mil habitantes subiu de 48,5 para 52,1, entre 1999 e 2000.

O número de pessoas trabalhando em condições de escravidão quase dobrou de 1999 a 2001. Em 99 foram registrados 1.099 casos; em 2001 esse número saltou para 2.416, incluindo crianças e adolescentes. ■